

2

Desafios, caminhos, escolhas e surpresas

Conhecia todos os esconderijos do piso e voltava a eles como a uma casa na qual se tem certeza de encontrar tudo sempre do mesmo jeito. (...). A criança que se posta atrás do reposteiro se transforma em algo flutuante e branco, num espectro. A mesa sob a qual se acocora é transformada no ídolo de madeira do templo, cujas colunas são as quatro pernas talhadas. E atrás de uma porta, a criança é a própria porta; (...). Por nada nesse mundo podia ser descoberta.

Benjamin, 1995, p. 91

Todo adulto já foi criança um dia. Deparamo-nos com crianças o tempo todo. Elas estão em toda parte. Crianças sempre existiram e sempre existirão. Contudo, no percurso de sua existência diversos termos foram usados pelas diferentes sociedades como forma de expressão dos modos de concebê-las. Meúdo, ingênuo, infante, putti, bambino, boy, menino, menina, menor (moralmente abandonados, menores carenciados), desvalido, criança, (Del Priore, 1999; Pancera, 1994), entre outros, foram nomes dados aos pequenos e acabam por revelar a complexidade que envolveu a maneira como essa etapa da vida humana foi compreendida ao longo dos séculos.

Pancera (1994) em “Semânticas da infância” explica a origem de um desses termos,

Bambino (bimbino, bimbo), que consta ser o diminutivo de bambo, adjetivo masculino do século XIII, termo que se manteve no dialeto còrsico, por exemplo, como bambu, tolo; como bamba, abobado, no dialeto milânês, e que por sua vez deriva do verbo rimbambire, do grego (...), balbetto, balbuciante, através do latim tardio bambalio-onis, gago, balbuciante. (...). A criança é, pois, essencialmente o pequeno bobo que gagueja bobagens mal e mal, em uma sociedade que não consegue ver nele outros atributos relevantes. (p.99)

A história social da criança tem sido objeto de estudos (Ariés, 1986; Rizzini e Pilotti, 2009) que revelam o lugar a ela delegado ao longo da história. Lugar que se caracteriza por contradições num processo marcado por dualismos que abrangem a paparicação/moralização, o desconhecimento/reconhecimento, a invisibilidade/visibilidade, renegação/legitimação.

Investigar a história da criança brasileira e seus processos de visibilidade social e política buscando conhecer e compreender o percurso que caracterizou a sua constituição enquanto cidadã, sujeito de direitos é o nosso desafio neste capítulo. E nesse sentido, tomamos Benjamin (1995) em sua filosofia da história na qual aponta a necessidade de que o historiador parta do presente para investigar o passado.

Essa proposta pode ser identificada no cerne do pensamento do autor e demarca sua característica messiânica, muito presente no ensaio *Infância berlinense em torno de 1900* e em textos como: “*Tiergarten*” no qual introduz a idéia do labirinto, numa alegoria das relações entre presente, passado e futuro; “*O telefone*” onde o novo e o velho se entrecruzam; “*Partida e regresso*” aonde as idas e vindas povoam o pensamento infantil; “*esconderijos*” onde a criança assume um lugar de passagem – “a criança é a própria porta” (1995, p.91).

A toda hora o telefone era como meu irmão gêmeo. E assim pude vivenciar como triunfou sobre a humilhação dos primeiros tempos de sua carreira briosa. Pois quando lustres, guarda-fogos e palmeiras decorativas, consoles, mesinhas de centro e parapeitos, que então cintilavam nos salões frontais, já estavam há muitos estragados e mortos, tal qual um herói lendário, que ficara enfeitado numa garganta entre montanhas, o aparelho, deixando atrás de si o corredor escuro, fez sua entrada real nos aposentos iluminados e mais claros, agora habitados por uma geração mais jovem. (1995, p.79)

O “corcundinha”, imagem sempre presente em seus escritos sobre a infância a qualquer momento entrava em cena como alguém que conhecia a criança em seus momentos peculiares e a deixava sempre em situações embaraçosas pelas travessuras que fazia. Em um de seus escritos, Benjamin afirma que “Aquele que é olhado pelo corcundinha não sabe prestar atenção. Nem a si mesmo nem ao corcundinha. Encontra-se sobressaltado em frente a uma pilha de cacós...” (Benjamin, 1995, p.14)

Feitas as considerações iniciais, entendo que para a compreensão das questões apontadas é necessário situar na história o sujeito dessas políticas - a criança - para em seguida, apresentar as escolhas e fundamentos que permearam a elaboração desse trabalho de pesquisa.

2.1.

Escovando a história: de menor desvalido a sujeito de direitos

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também, um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

Benjamin, 1994, p. 225

Imbuída de um olhar que concebe a criança pequena e mais especificamente aquela na faixa etária de 0 a 6 anos – como pessoa de pouca idade, que produz cultura, é nela produzida, brinca, aprende, sente, cria, cresce e se modifica, ao longo do processo histórico que constitui a vida humana e é constituída a partir de

sua classe social, etnia, gênero e por diferenças físicas, psicológicas e culturais (Kramer e Motta, 2010) – apresento uma síntese da história desta no contexto brasileiro destacando a criança pobre e os meandros que marcaram a sua trajetória.

Com esse pressuposto encontramos em “*Infância berlinense em torno de 1900*”, “*Rua de mão única*” e “*Imagens do pensamento*” (Benjamin, 1995) fragmentos que revelam um profundo e sensível conhecimento da criança como indivíduo social e esboçam a sua maneira de ver o mundo, sempre pelo avesso, à contrapêlo da história, uma possibilidade de interlocução, considerando que em toda a obra de Benjamin, *a infância é uma categoria central no estudo do homem e se encontra no centro de sua concepção de memória* (Corsino, 2009, p. 222).

Quanto à história social da criança no contexto europeu, cumpre destacar os estudos de Phillipe Ariés (1986) que toma como ponto de partida o século XIII e desenvolve uma pesquisa fundamentada em fontes iconográficas, buscando compreender como foi se consolidando socialmente o sentimento de infância. Para o autor, o conjunto de mudanças históricas, políticas e sociais ocorridas ao longo dos séculos vão delinear os novos modos de ver a criança. Esse trabalho tem sido referência para os estudos na área da história da infância.

No que se refere à criança brasileira, o *Histórico da proteção à infância no Brasil* organizado Moncorvo Filho (Moncorvo Filho, 1926 apud Kramer, 1982) permite conhecer as principais ações direcionadas ao seu atendimento, mais diretamente a criança pobre desde o descobrimento até 1922.

No Brasil quinhentista, Chambouleyron (1999) destaca a ação dos padres jesuítas na educação das crianças indígenas, mestiças e portuguesas além dos órfãos da terra. Segundo o autor, *em razão de sua vivência apostólica e da própria descoberta da infância, os padres entenderam que era sobre as crianças, essa “cera branda”, que deviam imprimir-se os caracteres da fé e virtudes cristãs* (p.79).

Tal modelo predominou por todo o período colonial seguindo as determinações de Portugal, tendo o seu encerramento, em 1755, por iniciativa do Marquês de Pombal. Após essa decisão, os jesuítas foram expulsos e a escravização dos índios proibida. (Rizinni e Pilotti, 2009, p.18)

Porém, de modo geral, era pouca a preocupação com a criança pequena e seu atendimento. Do *descobrimento até 1874*, só havia, institucionalmente, a Casa

dos Expostos ou Roda dos Expostos para atendimento às crianças abandonadas e a “Escola de Aprendizes Marinheiros” para os abandonados maiores de doze anos. O Código Civil da época relacionava a ideia de “menor desvalido” com a de menor delinqüente ou criminoso (Kramer, 1982, p. 49).

Com o passar do tempo, um novo cenário é constituído com a proibição da escravização dos índios. A escravidão, contudo, não deixou de existir, mas adquiriu um novo formato e marcou um novo período na história.

Os colonos implantaram o povoamento, principalmente na zona costeira, visando extrair e exportar riquezas naturais, como madeira, ouro ou cultivar produtos de exportação, como a cana-de-açúcar e, mais tarde, o café. Para este fim, foi abundantemente utilizada a mão-de-obra escrava proveniente da África. (Rizinni e Pilotti, 2009, p.18).

Nesse contexto, a situação das crianças negras, pobres, filhas de escravos, era de altas taxas de mortalidade e, após o parto, as mães escravas precisavam voltar imediatamente ao trabalho e seus filhos tinham dois destinos: eram inseridos no trabalho materno ou depositados na Roda dos Expostos¹, da Santa Casa da Misericórdia.

Quando inseridos no trabalho materno, os filhos de mulheres escravas eram amarrados às costas das mães a fim de que essas mulheres pudessem conciliar o trabalho com o cuidado às crianças. Rizinni e Pilotti (2009) destacam que, *mesmo depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, a criança escrava continuou nas mãos dos senhores, que tinham a opção de mantê-la até os 14 anos, podendo, então, ressarcir-se dos seus gastos com ela, seja mediante o seu trabalho gratuito até os 21, seja entregando-a ao Estado, mediante indenização* (p.18).

Posteriormente, o período de 1874 até 1889 se caracteriza pela existência de projetos, alguns não concretizados, que continham um caráter preconceituoso, elaborados principalmente por médicos que valorizavam a conduta das famílias abastadas em detrimento das famílias dos escravos. Esses médicos apontavam a

¹ A Roda foi um sistema criado pela Santa Casa de Misericórdia que se configurava num dispositivo, cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa, que era utilizada para receber os filhos nascidos fora do casamento que, segundo a moral cristã dominante, não eram aceitos e, com frequência, estavam fadados ao abandono. A pobreza também levava ao abandono de crianças, que eram deixadas em locais públicos, como nos átrios das igrejas e nas portas das casas, sendo em muitas ocasiões devoradas por animais. Essa situação levou o Vice-Rei a propor duas medidas no ano de 1726: esmolas e o recolhimento dos expostos em asilos (Rizinni e Pilotti, 2009, p.19).

higienização como solução para a alta mortalidade infantil atribuída ou ao nascimento de ilegítimos ou a falta de educação física, moral e intelectual das mães. Esse período se caracteriza também pela negligência materna que era denunciada pelos médicos, como por exemplo, o aleitamento mercenário (escravas de aluguel que amamentavam os filhos das senhoras).

Para Kuhlmann Jr. (1998), o avanço nos estudos sobre microorganismos e doenças e a difusão das questões de prevenção na década de 1870 foram importantes fatores no combate à mortalidade infantil e nas discussões sobre a criança. Nesse período os médicos *higienistas discutiam os projetos para construção de escolas, a implantação dos serviços de inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil.* (p.91)

Sobre esse período, Civiletti (1971) relata que, os jardins de infância já eram numerosos na maioria dos países da Europa e América do Norte, enquanto que no Brasil, em 1880, sabe-se apenas de dois: um, no Rio de Janeiro, dirigido pela Senhora Menezes Vieira (pré-escola) e a outro, em São Paulo que funcionava na escola Americana.

Nesse momento que precede a proclamação do Brasil como República e, conseqüentemente a lógica da construção da nação, a preocupação com alta mortalidade infantil e com os filhos dos escravos se imprimiu em algumas iniciativas filantrópicas isoladas de assistência e proteção à infância, mais, especificamente à criança pobre. Nessa perspectiva é fundado, em 1889 o Instituto de Proteção e Assistência à Criança no Rio de Janeiro, com o objetivo de atender menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e saúde de recém nascidos, regular o serviço de amas de leite, entre outros.

Filho (2008) ressalta que a compreensão da invenção do Brasil republicano é tarefa imprescindível na feitura do desenho de um cenário no qual as crianças pequenas, sua educação no âmbito familiar-privado e/ou institucional-público, bem como o papel do Estado na proposição de políticas e as iniciativas da sociedade para essas crianças vão aparecer como respostas às demandas que vão surgir nas décadas de 1950/1960. (p.21)

Esse período demarca o caráter dual do atendimento a criança no Brasil, ou seja, surgem os jardins da infância com ênfase no processo educativo e com base em uma proposta pedagógica Froebeliana para as camadas mais abastadas e, em

contrapartida asilos e internatos para crianças abandonadas e desafortunadas com ênfase no cuidado com a higiene e a saúde.

Com a promessa de construção de uma nação consolidada, o notório crescimento de filhos abandonados e a visão da infância pobre como ameaça à população surgem novas preocupações com a regulamentação de um atendimento institucionalizado para esses que precisavam de um olhar especial. (Bazílio, 1998, p.125)

Por iniciativa da equipe fundadora do Instituto de Proteção e Assistência à Criança no Rio de Janeiro, em 1919 é criado o Departamento da Criança no Brasil com os objetivos de, entre outros, elaborar o histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil, fomentar iniciativas de amparo à criança e a mulher grávida pobre, publicar boletins, divulgar conhecimentos e promover congressos.

É ainda nesse momento que, no campo da legislação, é elaborada a primeira iniciativa do Estado com vistas ao atendimento à criança pobre - a promulgação do 1º Código de Menores (1927). Até esse momento, a criança dessa classe social, já havia sido atendida pelos padres jesuítas nas Casas de Muchachos, por nobres religiosos nas Santas Casas de Misericórdia e no Instituto de Menores Artesãos da Casa de Correção da Corte.

O código teve como paradigma a “Doutrina de Situação Irregular”, segundo o qual se encontrava em “situação irregular” o menino e a menina pobre abandonado ou trabalhador. Para estes o código tinha como objetivo reverberar a preocupação do Estado em regenerar essas crianças ditas perigosas a fim de que retornassem ao convívio social. Esse objetivo, no entanto, faz eclodir uma multiplicação de casas de internação.

Legitimando assim uma visão dicotomizada da infância que põe de um lado, crianças de famílias pobres, negras descendentes de escravos, indígenas, abandonadas, órfãs, com deficiência e, do outro, crianças, filhas da classe média e alta. Tal visão é consolidada no documento em duas expressões paradigmáticas – criança e menor - onde a criança era a branca, enquanto o menor era a criança negra, pobre, indígena, abandonada, órfã, com deficiência.

Bazílio (1998, p.123) destaca que as medidas descritas no código estavam relacionadas à uma preocupação com a denominada “deterioração moral” dessas crianças e adolescentes. Desse modo, entre outras, constavam ações que compreendiam desde a (re) integração familiar, o recolhimento e o

encaminhamento de crianças e adolescentes abandonadas, até as que se referiam à delinquência, com ações que iam da liberdade vigiada à internação.

Em relação às crianças de zero a seis anos, nesse momento, eram poucas as iniciativas educacionais, sendo basicamente, assistidas por instituições de caráter médico e embora nos discursos dos educadores da Escola Nova não houvesse referências a essa faixa etária, posteriormente, os mesmos discursos seriam retomados em defesa do pré-escolar.

Já na década de 30, com as transformações quanto ao modelo político econômico, instauradas pelo advento do Estado Novo, surge uma nova burguesia urbano-industrial em decorrência do crescimento do setor industrial e a urbanização. Nesse processo a criança assume um lugar central nos discursos do Estado que passa a defender o seu atendimento com veemência, enfatizando a sua relação com a pátria, para formar uma raça forte e sadia. A criança, nesses discursos, era valorizada enquanto “matriz do homem” e redentora da pátria, sem considerar, entretanto, a sua inserção dentro da sociedade de classes bem como a visão do estado como sendo harmônico, ou seja, sem conflitos ou interesses de classes (Kramer, 1982, p.56).

A escolarização, principalmente em relação ao pré-escolar passa a ser defendida como base para o sistema escolar pelos escolanovistas (Oliveira, 2002).

Por outro lado, esse momento demarca a entrada da mulher no mercado de trabalho e, a Consolidação das Leis do trabalho (CLT/1934), na qual são estabelecidos o direito à amamentação e a um lugar para guarda, vigilância e assistência de seus filhos legitimando assim, as creches e asilos já existentes e renunciando a sua ampliação.

(...) é a primeira vez em que é objeto de preocupação do legislador, a criança pequena em foco seja o filho de trabalhadoras mulheres, cuja saúde se quer protegida por essa menina. Assim, ao mesmo tempo em que se procura salvaguardar o direito da criança à sobrevivência, resguarda-se, aparentemente de forma secundária, o direito da mãe trabalhadora a amamentá-la (Campos, 1999, p.120).

Contudo, durante o século XIX e início do século XX a medicalização e a psicologização foram os fios condutores do atendimento educacional e assistencial à criança de 0 a 6 anos.

Kramer (1982) ao descrever o cenário político do Brasil na década de 30 destaca o caráter centralizador/ditatorial que serviu como pano de fundo para um novo tempo nas ações governamentais voltadas ao atendimento à criança pequena.

Com o passar dos anos, no entanto, a ação do Estado em relação à criança pobre é ainda complexa, e na Era Vargas é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que atrelado ao Juizado de Menores é visto pelas classes populares como a única oportunidade de uma boa educação para seus filhos. Contudo, a proposta não se consolida e fracassa devido à superlotação dos institutos e a problemas internos de gestão (Bazilio, 1998, p.32).

Tempos depois, no período da Ditadura Militar, partindo do princípio de que as crianças seriam campos férteis de convencimento dos chamados comunistas e da preocupação com a consolidação da nova forma de governo, é organizada no ano de 1964, a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) que objetivava “guardar crianças e adolescentes” para que não cometessem atos anti-sociais e reeducar aqueles que já tivessem cometido tais atos.

E apesar de já existir no cenário mundial documentos e declarações elaborados por organismos internacionais a partir do pós-guerra, nos quais se explicitavam um conjunto de direitos para as crianças, é aprovado no Brasil, um segundo Código de Menores em 1979 no qual foram ampliados os poderes da autoridade judiciária e legalizada a categoria “menor em situação irregular”, na qual, a partir de uma ótica de que, futuramente, poderiam vir a cometer um crime, várias crianças e adolescentes inocentes foram presos.

Quanto às questões educacionais no período compreendido entre os anos 30 e 80, segundo Kramer (1982, p.57) os discursos oficiais relacionavam permanentemente a assistência médico-pedagógica à criança com o desenvolvimento da nação e foram, nesse sentido, criados importantes órgãos voltados à organização desse atendimento.

Anos mais tarde, o processo de urbanização no país somado à maior participação da mulher no mercado de trabalho e à pressão dos movimentos sociais marca um período de expansão do atendimento educacional, principalmente às crianças na faixa etária de 4 a 6 anos quando a pré-escola passa a ser compreendida como preparatória para a escolarização com o objetivo de defender a estimulação cognitiva e o preparo para a alfabetização.

Influenciados pelas teorias norte-americanas e européias, instaura-se nos discursos das políticas os pressupostos da Teoria da Privação Cultural, segundo a qual, o fracasso escolar das crianças das camadas populares era explicado por suas carências – culturais, lingüísticas e afetivas. Tal abordagem mascarava o problema

social das desigualdades e vinculava os problemas de fracasso escolar à família, sem refletir sobre as limitações do próprio sistema escolar. Buscava-se a superação da marginalidade através da educação compensatória, sem que houvesse mudança das estruturas sociais.

Enfim, o dualismo se mantém: às crianças das camadas mais pobres um atendimento pautado por práticas assistencialistas e/ou compensatórias, enquanto às crianças das classes abastadas, acesso às instituições que objetivavam a educação e desenvolvimento.

Refletindo o panorama político do país aos finais do século XX quando se fortaleceu a proposta de um sistema democrático de governo, vai se consolidando um novo modo de conceber a criança e a infância construído sob a influência de documentos e acordos internacionais que contribuíram para trazer à cena os direitos da infância e da adolescência.

No bojo dessas transformações, à criança é delegado um novo papel social - sujeito de direitos – impresso no texto da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, consolidado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8069/1990) que substituiu o Código de Menores em vigência até esse momento.

Por outro lado, a trajetória de configuração das diferentes concepções de infância enquanto um período distinto da vida adulta e a construção de um olhar que reconhece a criança como sujeito de direitos, ator social, tem sido objeto de estudo de diversos autores nas últimas décadas. Desses estudos, aqueles referentes à infância, história e política - Ariés (1986), Kramer (1982, 2001), Bazilio (1998), Passette (1999), Del Priore (1999), Irma Rizzini (1999), Irene Rizzini (1993a, 1993b), Rizzini e Pilotti (2009), Kuhlmann Jr. (1998), Corsino (2003), contribuem no relato e nas reflexões da mudança de paradigma no que diz respeito à criança e suas especificidades bem como na concepção de políticas públicas que lhe assegure a garantia de seus direitos fundamentais.

No cenário político brasileiro, entre os direitos de toda criança preconizados na Constituinte de 1988 está o direito à educação e no que se refere à faixa etária de 0 a 6, em 1996, essa conquista se materializa no texto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) trazendo mudanças que vão delinear um novo modelo no qual a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 6 anos) são configuradas como modalidades da Educação Infantil que passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. A partir daí, instaura-se um novo campo de lutas, de

construção de agenda política onde há, ainda, muito a ser construído, porém, já é notório um olhar mais atento para esta etapa que durante muito tempo esteve à margem das políticas educacionais.

Trata-se de uma mudança de concepção de Educação Infantil que, entendida como educação, deixa de se constituir como caridade ou assistência e passa a se caracterizar direito da criança. Essa nova concepção marca um período de lutas, conquistas, perdas, avanços e retrocessos num processo – ainda em curso - de consolidação da cobertura do atendimento e, principalmente, da qualidade.

Nesse sentido, as últimas décadas do século XX e início do século XXI podem ser compreendidos como o período em que foi estabelecido o marco histórico de uma das mais expressivas mudanças no que se refere à concepção de infância, à educação das crianças e ao seu reconhecimento como sujeito de direitos.

2.2.

Por que a Educação Infantil: a escolha do tema

Convencer é infrutífero.
Benjamin, 1995, p. 14

O histórico descrito no item anterior desenha o percurso de consolidação do reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos no Brasil e a conquista do direito à Educação Infantil compreendida como primeira etapa da Educação Básica.

Cabe destacar que, nesse processo ainda em construção, estudos e pesquisas já citados vêm sendo realizados no sentido de clarificar e orientar as políticas educacionais voltadas para essa etapa trazendo à tona questões que, por um longo período, estiveram submetidas ao silenciamento e esquecimento.

Desses estudos, destaco aquele denominado *A qualidade da Educação Infantil Brasileira: alguns resultados de pesquisa*, desenvolvido por Campos et alii (2006), onde são apresentados e analisados os dados obtidos por meio de levantamento dos resultados de um conjunto de pesquisas empíricas acerca da qualidade nas instituições de Educação Infantil brasileiras, divulgadas entre 1996 e 2003. O quadro geral do estudo aponta para uma situação dinâmica, mas ainda contraditória, revelando que é grande a distância entre as metas legais e a situação vivida pela maioria de crianças e adultos no cotidiano das instituições.

Impulsionada pelo compromisso com a Educação Infantil, identifiquei como objeto para esse estudo – a pré-escola – que se destina ao atendimento a crianças de quatro e cinco anos. E partir desse momento, passo à descrição do processo de construção da pesquisa apontando os entraves, dilemas e conflitos e elencando os caminhos, as estratégias e o realizado.

O estudo ora apresentado se vinculou à pesquisa de caráter interinstitucional denominada “*Educação Infantil e Formação de Profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações. Um balanço 10 anos depois*”, desenvolvida na PUC-Rio com o apoio do CNPQ/FAPERJ, pelo grupo de pesquisa INFOC² (Infância, Formação e Cultura) sob a coordenação das professoras Sonia Kramer, Patrícia Corsino (UFRJ) e Maria Fernanda Nunes (UNIRIO).

A pesquisa institucional, ainda em desenvolvimento, tem o objetivo de investigar a situação da infância, das políticas de Educação Infantil e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, 15 anos depois de aprovada a LDB e 10 anos depois da realização da pesquisa “*Formação de Profissionais de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções, políticas e modos de implementação*”³.

Conhecer a situação das secretarias municipais de educação em termos de cobertura da Educação Infantil nos municípios, investigar a organização e funcionamento da Educação Infantil, formação de profissionais (ingresso, carreira), instituições, projetos culturais e recursos; identificar as mudanças ocorridas nos 92 municípios quanto à Educação Infantil, gestão e formação dos profissionais (professores e gestores), comparando-se dados atuais com os de 1999 com vistas a investigar avanços e/ou retrocessos, problemas enfrentados e

² O grupo reúne pesquisadores de três diferentes universidades (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO).

³ KRAMER, S. *Formação de Profissionais de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções, políticas e modos de implementação*. Projeto de Pesquisa. PUC-Rio. 1999.

KRAMER, S. et alii. *Formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Ravil, 2001.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. *Gestão municipal e formação: a educação infantil no Estado do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2007.

analisar as relações de autoridade e autonomia que são estabelecidas na gestão são questões centrais da pesquisa.

Nesse sentido, a presente pesquisa se integrou ao conjunto dessas questões por privilegiar uma das modalidades da Educação Infantil – a pré-escola - e por selecionar um município do Estado do Rio de Janeiro como campo de estudo.

Concordamos com Luna (2002, p.37) quando afirma que a solução de grandes problemas – nas ciências exatas como nas humanas – se dá como trabalhos de criação coletiva e em um espaço de tempo que ultrapassa em muito aquele de um projeto individual de pesquisa.

Sem dúvida o tempo é uma questão importante a ser apontada, visto que, o período designado ao curso de pós-graduação e à escrita da dissertação, é curto (André, 2001) e passa rápido. Contudo, o rigor e a qualidade são os pressupostos que permearam a pesquisa ora apresentada. Nesse sentido, destaco que a atuação anterior como apoio técnico à pesquisa e a vinculação desse estudo a uma pesquisa institucional representa uma importante contribuição na busca de construir um trabalho de qualidade.

2.2.1.

Por que a pré-escola: a escolha do objeto

Crianças decretam a renovação da existência por meio de uma prática centuplicada e jamais complicada.

Benjamin, 1995, p.229

Conforme já apresentado na introdução deste trabalho, a escolha do objeto decorre das inquietações produzidas a partir da observação realizada em turmas de pré-escola localizadas nos espaços das escolas do Ensino Fundamental no desenvolvimento da pesquisa concluída: “Crianças e adultos em diferentes contextos: a infância, a cultura contemporânea e a educação⁴” e as recentes mudanças no cenário político educacional em relação ao atendimento a essa faixa etária.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo **conhecer, analisar e compreender as propostas de ampliação da Educação Infantil em um dos**

⁴ KRAMER, S. et alii.. *Crianças e adultos em diferentes contextos: a infância, a cultura contemporânea e a educação*. Projeto de Pesquisa. PUC-Rio, 2004.

municípios do Baixada Fluminense/RJ investigando como vem se consolidando no município o processo de configuração, implantação e implementação das políticas de atendimento à criança de 4 e 5 anos. Pretendeu também conhecer quem são os sujeitos envolvidos em sua elaboração e implantação, a concepção de infância e de Educação Infantil desses sujeitos, o contexto do processo decisório e quais os documentos norteadores dessas políticas.

E, ainda levando em consideração que as ações municipais estão vinculadas às mudanças na legislação e às novas exigências decorrentes dessas, estabelecemos um recorte temporal que privilegiou o período em que foram lançadas propostas e diretrizes para a política nacional de Educação Infantil – 2006 a 2009.

2.2.2.

A escolha do campo empírico

Quantas coisas não retornam à memória uma vez nos tenhamos aproximado das montanhas de caixas para delas extrair os livros para a luz do dia, ou melhor, da noite. Nada poderia realçar mais a operação de desempacotar do que a dificuldade de concluí-la.

Benjamin, 1995, p.234

A pesquisa institucional pretendeu coletar dados dos 92 municípios que compõe o Estado do Rio de Janeiro. Desse universo 59 municípios responderam ao questionário e dentre eles foi selecionado para esse estudo um dos municípios da Baixada Fluminense que será chamado de Belo Rio.

A escolha desse campo representou, inicialmente, a “*montanha de caixas*” a qual eu havia tomado a decisão de desempacotar. Em primeiro lugar é preciso destacar o número de crianças de 0 a 6 anos residentes na Baixada Fluminense que é composta por um conjunto de 13 municípios - Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica – que representa quase 30% da população de 0 a 6 anos residente no Estado do Rio de Janeiro.

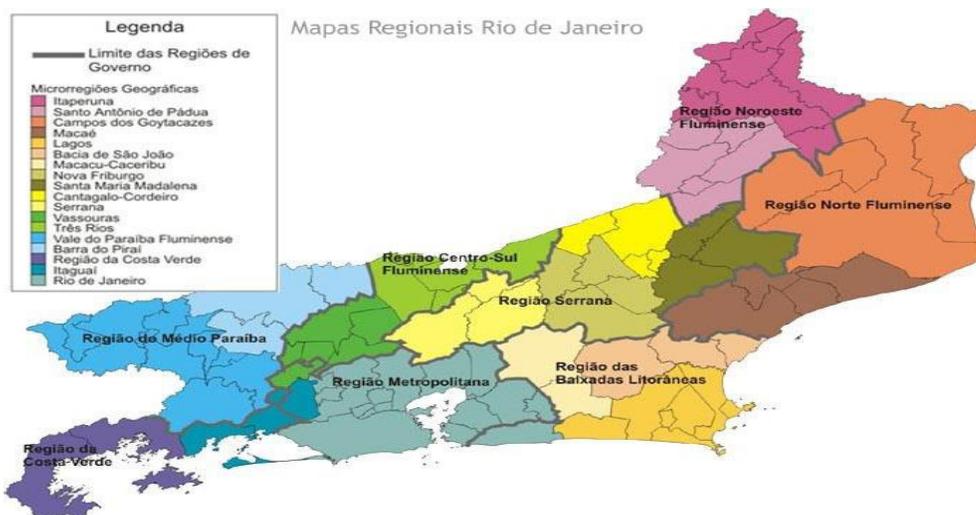
Em segundo lugar, o fato de conhecer de perto a realidade desse grande município que conta hoje, segundo o IBGE com uma população de mais de 500.000 pessoas e de ser esse o lugar onde me constitui enquanto cidadã, fez com que eu estivesse inquieta em poder contribuir de alguma forma para o conhecimento e análise do atendimento das mais de 60.000 (DATASUS, 2009)

crianças de 0 a 6 anos que nele residem.

Inicialmente chamada de Recôncavo da Guanabara devido a sua localização geográfica que compreendia do sopé da Serra do Mar e as praias oceânicas, estendendo-se desde a foz inavegável do Rio Paraíba do Sul até a ponta da rocha de Mangaratiba, a Baixada Fluminense possui uma formação geográfica plana e baixa, formada por terrenos alagadiços e cercados de morros e foi importante corredor de escoamento do ouro de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, no século XVIII.

Quanto à população residente, segundo Morelli (1988, apud Nunes, 2010), a Baixada “*é um retrato em branco e preto do Brasil. São os irmãos brasileiros que foram escorraçados do Nordeste e de outras regiões do país, que vêm buscar um espaço de vida. E aqui sofrem novamente. Sem esse povo ‘a cidade maravilhosa’ não se explica, não se mantém de pé, não vive*”.

Situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁵, o município de Belo Rio foi selecionado como campo empírico dessa investigação devido à elevação de importantes índices no período compreendido entre a realização da pesquisa “*Formação de Profissionais de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções, políticas e modos de implementação*” realizada em 1999 e a presente pesquisa.



Fonte: Fundação CIDE

⁵ Hoje, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta, segundo a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2002, por 17 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraá, Itaguaí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

A história do município começa em meados do século XVI com a chegada das embarcações portuguesas à Baixada Fluminense via rios Iguaçu e Sarapuí. Segundo Prado (2000), os índios Tupinambás que habitavam na região a chamavam de “IPUERA” (o que foi águas) e os portugueses passaram a chamá-la de “BREJO” (terreno alagadiço).

Contudo, é somente no início do século XVIII que aparecem registros da região que, anos mais tarde, ganha importância econômica com a criação da estrada de ferro Rio D’Ouro – linha auxiliar da estrada de ferro Central do Brasil. A estrada, inaugurada em 1883, saía do Caju no Rio de Janeiro e seguia até Cava, região da Baixada Fluminense e destinava-se à captação e conservação dos mananciais de Rio D’Ouro e Tinguá para a Côrte no Rio. Em 1886, a linha Rio D’Ouro foi também utilizada para transporte de passageiros, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Em 1888, uma grande estiagem (falta de chuva) atingiu a Baixada Fluminense e a Côrte e, entre as várias soluções propostas ao governo, a do Engenheiro Paulo de Frontim chamou atenção do Imperador D. Pedro II: em apenas seis dias o engenheiro prometeu captar 15 milhões de litros de água para a Côrte. A obra realizada na Baixada Fluminense em 1889, e ficou conhecida como “Milagre das Águas”.

Desde então, Belo Rio que já possuía algumas fazendas, foi sendo conhecida e na década de 1920, surgiram os primeiros loteamentos feito por fazendeiros com o objetivo de incentivar o surgimento de vilas e melhorar as condições econômicas da região.

Em 1931, a região recebeu a visita do então presidente da República para a inauguração de uma praça, que hoje tem seu nome, que, na ocasião, prometeu que a estrada de ferro Rio D’Ouro melhoraria a qualidade do transporte, aumentando progressivamente o número de trens de tráfego de 04 para 24.

Nesse momento, Belo Rio era conhecido por sua extensa plantação de laranjas que eram exportadas para países como França e Argentina. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) a exportação foi interrompida causando grande prejuízo aos citricultores que abandonaram os laranjais.

Mais tarde, na década de 1950, o processo de industrialização instaurado no país encontrou em Belo Rio vantagens para a sua ampliação: terrenos amplos e baratos; vias de escoamento de produção (próximo à Rodovia Presidente Dutra) e

facilidade de mão-de-obra. Esse período marca um novo momento na história do município que recebe, dentre outras, uma indústria multinacional inaugurada em 10 de junho de 1958, com a presença do então presidente da República Juscelino Kubitschek.

Segundo Prado (2000), a região, a partir desse momento era populosa e apresentava um crescente desenvolvimento, principalmente após a instalação da indústria, vindo a tornar-se o 4º distrito de um dos municípios circunvizinhos. Nas décadas seguintes, o distrito apresentava uma das maiores arrecadações do Município.

Aos finais da década de 80, com as novas perspectivas do país consolidadas na promulgação da Constituição Federal acenava-se para um novo tempo em Belo Rio e no ano de 1993, consolidou-se a emancipação e o distrito foi elevado à categoria de município.

A década de 90 foi marcada pela emancipação de outros municípios na Baixada Fluminense.

Hoje, Belo Rio é uma cidade que vem experimentando um contínuo crescimento populacional e segundo o IBGE em 2001 o município contava com uma população de mais de 400.000 habitantes, dos quais 14 % eram crianças de 0 a 6 anos. Atualmente, com uma área de, aproximadamente 79Km² o município possui uma população que ultrapassa o total de 500.000 habitantes, perfazendo uma média de 6,02 habitantes por Km².

De acordo com o PNUD (2000) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,825 e o Produto Interno Bruto (PIB per capita - IBGE – 2005) é um dos menores do conjunto de municípios da Baixada Fluminense - tendo como principais atividades econômicas, a indústria e o comércio.

Em consonância com o perfil socioeconômico dos demais municípios da Baixada Fluminense, Belo Rio enfrenta sérios problemas de moradia, saneamento, educação, saúde e insuficiência de mercado de trabalho, sendo reconhecida como cidade dormitório tendo em vista que, muitos moradores trabalham nos municípios vizinhos, retornando à suas casas somente para pernoitar.

Nesse contexto, a incidência da pobreza no município é de 60,06 e o índice de GINI⁶ é de 0,38 (IBGE, 2003). Levando em conta, o alto percentual de

⁶ O coeficiente de GINI é um índice utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda em determinados grupos com escala que varia de 0 a 1, na qual quanto mais baixo o índice, maior

pobreza, podemos afirmar que a desigualdade na distribuição de renda dessa população é baixa, principalmente se considerarmos o índice de toda a Região Metropolitana que é de 0,52 (PNUD, 2000).

No que se refere ao desenvolvimento infantil, o IDI⁷ (Índice de Desenvolvimento Infantil) do município é de 0,630, e nesse sentido se aproxima do nacional que é de 0,667, porém está abaixo do Estado que é de 0,746.

Quanto ao atendimento educacional, apesar de ainda estar longe da universalização, o município vem apresentando crescimento em relação ao atendimento à Educação Infantil como podemos constatar na Tabela 1.

Contudo, como veremos com mais detalhes no capítulo 03, essa situação não representa a garantia da equidade quanto ao acesso da população de 0 a 6 anos à Educação Infantil, pois, com esse atendimento é ainda tímido o percentual de cobertura. Essa condição, entretanto, representa a realidade de toda a Baixada Fluminense (Tabela 1).

Nunes (2010), em seu estudo sobre as questões e tensões da Educação Infantil na Baixada Fluminense, a partir dos dados do DATASUS e Censo Escolar 2009 concluiu que ao estabelecer a relação entre o número de matrículas nas redes públicas municipais com a população de 0 a 6 anos residente nos municípios, é possível identificar o baixo percentual de crianças que têm acesso ao serviço ofertado pelo Estado e assim,

(...) observa-se que a igualdade de oportunidades sociais, princípio fundamental para nortear as ações públicas, está longe de ser alcançada. A região apresenta, em termos de oferta pública municipal, 9% da cobertura no atendimento à população de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas de tempo parcial e integral, contra os 15,6% de cobertura no total de municípios do Estado, ficando aquém da média brasileira, nessa faixa etária, o que traz inúmeras desvantagens para as famílias que lá residem. (p.08)

a igualdade de renda, ou seja, quanto mais próximo de 0, melhor a distribuição de renda, e quanto mais próximo de 1, pior a distribuição de renda.

⁷ O Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) foi criado pelo UNICEF com o objetivo de promover e monitorar políticas públicas orientadas à primeira infância, ou seja, para os primeiros seis anos de vida da criança. Ele agrega variáveis relacionadas a: 1) oferta de serviços de saúde; 2) oferta de serviços de educação; 3) cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos (representados pelo nível de educação do pai e da mãe)

Tabela 1- Matrícula inicial na Educação Infantil e Ensino Fundamental no município por dependência administrativa. (2006 a 2009)

<i>Tab. 1- Matrícula Inicial</i>					
Ano	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental	
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série (Anos Iniciais)	5ª a 8ª série (Anos Finais)
2006	Total	839	5.247	47.187	36.760
	ESTADUAL	0	818	8.133	19.567
	MUNICIPAL	411	854	30.011	13.005
	PRIVADA	428	3.575	9.043	4.188
2007	Total	967	4.040	45.127	36.530
	ESTADUAL	0	920	6.670	18.621
	MUNICIPAL	558	1050	31.136	13.970
	PRIVADA	409	2.070	7.321	3.939
2008	Total	1.211	3.666	45.256	38.268
	ESTADUAL	0	249	5.447	18.685
	MUNICIPAL	707	1.272	30.541	14.922
	PRIVADA	504	2.145	9.268	4.661
2009	Total	1.833	5.155	42.971	37.841
	ESTADUAL	0	0	3.586	19.369
	MUNICIPAL	870	2.100	29.853	13.697
	PRIVADA	963	3.055	9.532	4.775

Fonte. INEP

Os dados apresentados oferecem um mapeamento da situação da Educação Infantil no município no período selecionado para esse estudo. A análise desses dados será apresentada no capítulo 3 quando será analisada a política de Educação Infantil municipal.

Já na tabela a seguir é possível verificar a situação de todos os municípios da Baixada Fluminense quando são reunidos os dados relativos ao número de pessoas residentes de 0 a 6 anos e o número de matrículas na Educação Infantil da rede pública.

Tabela 2 - Total de matrículas na rede municipal, em creches e pré-escolas segundo a população de 0 a 6 anos residente nos municípios da Baixada Fluminense

<i>Municípios da Baixada Fluminense</i>	<i>Matrícula inicial</i>						<i>Pessoas Residentes (DATASUS 2009) de 0 a 6 anos nos municípios do estado do RJ</i>			<i>Pessoas Residentes (DATASUS 2009) de 0 a 6 anos atendidas na rede pública de EI nos municípios do Estado do RJ (%)</i>		
	<i>Ensino Municipal</i>											
	<i>Educação Infantil</i>			<i>Total</i>	<i>Total</i>	<i>0 a 3</i>	<i>4 a 6</i>	<i>0 a 6</i>	<i>0 a 3</i>	<i>4 a 6</i>		
	<i>Creche</i>	<i>Pré-escola</i>										
BELFORD ROXO	870	2.100	2.970	62.096	33.302	28.794	4,8	2,6	7,3			
DUQUE DE CAXIAS	2.047	5.427	7.474	103.634	55.471	48.163	7,2	3,7	11,3			
GUAPIMIRIM	884	660	1.544	5.910	3.185	2.725	26,1	27,8	24,2			
ITAGUAI	1.070	2.778	3.848	12.733	6.774	5.959	30,2	15,8	46,6			
JAPERI	0	1.618	1.618	13.343	7.171	6.172	12,1	0	26,2			
MAGE	2.749	4.967	7.716	29.407	15.791	13.616	26,2	17,4	36,5			
MESQUITA	509	1.170	1.679	20.599	10.951	9.648	8,2	4,6	12,1			
NILOPOLIS	110	1.174	1.284	15.403	8.127	7.276	8,3	1,4	16,1			
NOVA IGUACU	926	4.740	5.666	102.021	54.428	47.593	5,6	1,7	10			
PARACAMBI	207	682	889	4.279	2.271	2.008	20,8	9,1	34			
QUEIMADOS	0	934	934	17.507	9.381	8.126	5,3	0	11,5			
SAO JOAO DE MERITI	725	2.388	3.113	51.803	27.590	24.213	6	2,6	9,9			
SEROPEDICA	617	1.766	2.383	9.347	5.044	4.303	25,5	12,2	41			
Total	10.714	30.404	41.118	448.082	239.486	208.596	9,2	4,5	14,6			

Fonte. Nunes, 2010.

Diante desse panorama, o conhecimento da realidade de um desses municípios poderá acenar para uma série de questões que afetam a toda Baixada Fluminense bem como oferecer caminhos para o desenvolvimento de políticas que visem à garantia do direito de toda criança à Educação Infantil.

Enfim, tendo explicitado as condições e as motivações de escolha do campo empírico, a seguir apresento a metodologia e o referencial teórico que embasou a pesquisa.

2.3.

A metodologia e o referencial teórico-metodológico

...a existência do colecionador é uma tensão dialética entre os pólos da ordem e da desordem.

Benjamin, 1995, p.228

De acordo com Bakhtin (1992; 2003), a pesquisa em ciências humanas é estudo de textos e nesse sentido, diários de campo e transcrições de entrevistas são mais que aparatos técnicos, são modos de conhecimento e nesse processo, há recortes e vieses. Para Kramer (2005), a distância, o afastamento e a exotopia, devem favorecer que o real seja captado na sua provisoriedade, dinâmica, multiplicidade e polifonia. Os textos, para serem entendidos, exigem que se explicitem as condições de produção dos discursos, práticas e interações. Texto e contexto são, para o pesquisador, importantes ferramentas conceituais.

Buscando compreender o processo de consolidação das políticas de atendimento à criança de 4 e 5 anos no município levando em conta os objetivos do estudo e em consonância com o seu referencial teórico-metodológico que conjuga métodos quantitativos e qualitativos, a presente pesquisa se fundamenta nos seguintes campos teóricos: história e políticas da Educação Infantil, políticas públicas e gestão da Educação.

No que se refere à escolha dos métodos para uma pesquisa, Günther (2006) afirma que a questão não reside na decisão pela pesquisa qualitativa *ou* pela quantitativa e sim na compreensão de que a questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica. Assim, o que irá determinar a opção pela abordagem teórico-metodológica serão os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, considerando, num mínimo de tempo, as possibilidades de chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social.

A compreensão da complexidade e multidimensionalidade dos fatores que envolvem a ação educativa têm levado inúmeros pesquisadores a se debruçarem sobre os espaços, os sujeitos e as condições em que esse processo se realiza.

Na verdade, a busca pela qualidade na pesquisa em educação tem estado presente na pauta de importantes estudos no Brasil. A consciência das limitações e controvérsias que caracterizaram a constituição dessa modalidade de pesquisa levou autores como Alves Mazzotti (2001), André (2001), Brandão (2001) e Gatti

(2001) a uma análise crítica-reflexiva das condições políticas, econômicas e sociais que delinearam a identidade do campo complexo e específico das pesquisas educacionais.

A questão da qualidade nas pesquisas em educação e sua conseqüente aplicabilidade dependem do desenvolvimento de teorias próprias, da seleção adequada de procedimentos e instrumentos, da análise interpretativa dos dados com consistente referencial teórico e sua organização em padrões significativos, comunicação precisa dos resultados e conclusões e, finalmente sua validação pela análise crítica da comunidade científica.

Bourdieu (1994, p.125) ressalta a necessária legitimação pelos pares como condição precípua para a validação de um campo científico e afirma que, *o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros*. Ainda em relação à qualidade e ao rigor, Gatti (2001) apresenta uma questão fundamental para a discussão: Há um papel social para a consistência metodológica? Segundo a autora, para ser tomado como conhecimento relevante e penetrar no social, o conhecimento advindo das pesquisas parece ter necessidade de carregar em si certo tipo de abrangência, nível de consistência e foco de impacto, aderência ao real, tocando em pontos críticos concretos.

Concordo com Zago (2003, p.287), quando afirma que os instrumentos adotados na coleta de dados somente ganham sentido quando articulados à problemática de estudo. Assim, em consonância com os objetivos e as referências teóricas desse estudo, utilizei as seguintes estratégias metodológicas:

- aplicação de questionário;
- análise de documentos que registrassem o processo de configuração e posterior implantação da política;
- levantamento de dados censitários e estatísticos visando identificar os avanços e/ou retrocessos na busca por ampliação da Educação Infantil;
- entrevistas com os gestores do órgão administrativo (Secretaria Municipal de Educação). Para as entrevistas, foram elaborados roteiros específicos.

Tanto na pesquisa institucional quanto nessa pesquisa, a opção por utilizar o questionário, instrumento de cunho quantitativo, e a entrevista foi permeada pela busca de superação do antagonismo quantitativo/qualitativo.

A realização das entrevistas foi a alternativa metodológica que propiciou uma maior aproximação com os sujeitos. E, nesse sentido, assumo as proposições de Freitas (2003, p.29) que destaca a abertura propiciada pela teoria da linguagem de Bakhtin e ressalta que, *considerar a pessoa investigada como sujeito implica compreendê-la como possuidora de uma voz reveladora da capacidade de construir um conhecimento sobre sua realidade que a torna co-participante do processo de pesquisa.*

Com Bakhtin (1992; 2003) foi possível conhecer não só os enunciados, mas o contexto da enunciação: o objeto de estudo das ciências humanas é o homem, ser expressivo e falante que imprimirá em seus discursos as marcas do lugar que ocupa, ou seja, *o contexto é importante para o entendimento do texto. Na enunciação, os lugares e as condições em que são proferidas as palavras produzem sentidos. A entoação dos discursos fala.* (Kramer et alii, 2005, p.34).

Na perspectiva da alteridade, optei pela utilização de nomes fictícios para identificar o município pesquisado e os sujeitos entrevistados.

Por fim, a investigação de um contexto paradoxal como o dos direitos das crianças à Educação Infantil e as políticas públicas implantadas e implementadas com esse fim em uma realidade municipal específica, implicou um esforço que permeou todo o procedimento de pesquisa. Assim, na busca por rigor na coleta de dados e na perspectiva de que estes fossem uma representação efetiva da realidade, foram empreendidas as seguintes ações:

- a) **a re-elaboração do questionário** – considerando as questões e objetivos da pesquisa institucional, na possibilidade de agilizar a coleta de “informações de dados dispersos numa área geográfica extensa” (Corsino e Nunes, 2001) e de viabilizar a tabulação e análise dessa grande quantidade de dados, foi feita a opção de manter o questionário já utilizado na pesquisa anterior (1999) como instrumento de coleta de dados tendo em vista a abrangência da pesquisa, porém, foi compreendida a necessidade de reeditá-lo considerando as mudanças ocorridas no período entre as duas pesquisas institucionais – 10 anos (1999-2009).

Segundo Reche et alii (2010, p.19), a reedição do questionário aplicado na pesquisa anterior (1999), se colocou pertinente tendo em vista novos contextos e

possibilidades de comparação. Assim, o questionário foi revisado, de forma a verificar sua aplicabilidade no contexto atual do Estado do Rio de Janeiro. Essa opção foi ainda influenciada pela possibilidade de ter uma metodologia que viabilizasse comparar os dados de 1999 com os dados atuais e fazer uma aproximação quantitativa dos fenômenos para a análise qualitativa dos dados.

Após a revisão, que se consolidou num processo de estudos e análises realizadas no interior das reuniões do grupo de pesquisa, o questionário ficou assim estruturado: uma seção inicial denominada *Identificação do Questionário* que apresenta as informações gerais do município, em seguida divide-se em seis blocos temáticos: 1- *Dados Gerais do Município* que abordam estatísticas e dados de população; 2- *Sistema de Ensino no Município* que é subdividido em micro seções que investigam a *Organização, Cobertura do Atendimento Geral e Cobertura da Educação Infantil*; 3- *Organização e Funcionamento da Educação Infantil no Município*; 4- *Formação dos Profissionais da Educação Infantil*; 5- *Ingresso e Carreira dos Profissionais de Educação Infantil* e 6- *Recursos Financeiros e Materiais*.

Sistematizado, o questionário foi enviado às Secretarias Municipais de Educação via correspondência postal acompanhado de uma ficha com orientações para o seu preenchimento e uma data pré-estabelecida para a sua devolução.

O acesso aos dados informados no questionário⁸ e nas fontes (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) possibilitou conhecer:

1- Quanto à população e cobertura:

- a variação nos índices de atendimento do município;
- o número de crianças, de 4 e 5 anos, matriculadas de 2006 a 2009, por modalidade de ensino;
- a população de 0 a 6 anos do Município; o número de estabelecimentos de Educação Infantil e sua distribuição por instância administrativa;
- o número de estabelecimentos, de turmas, de professores, de crianças e de auxiliares de Educação Infantil e sua distribuição;

2- Quanto à gestão:

⁸ Kramer, S.; Corsino, P.; Nunes, M.F.N. e *Infância e Educação Infantil – concepções e ações*. PUC/Rio: Projeto de Pesquisa, 2009 (Mimeo).

- as estratégias de expansão da Educação Infantil, particularmente a inserção de turmas de Educação Infantil em escolas de Ensino Fundamental;

Todo o material empírico resultante da coleta de dados possibilitou conhecer o perfil da Educação Infantil no município e, o questionário, respondido pelos responsáveis pela Educação Infantil no município pesquisado foi um importante documento que possibilitou um mapeamento da situação das condições de gestão e implementação das políticas municipais para essa etapa.

Tomados como orientadores da pesquisa de campo e organizadores do material obtido a partir das diferentes estratégias metodológicas, esses materiais foram sendo submetidos à contínua modificação e revisão tanto a partir do confronto com a realidade, quanto de um maior aprofundamento teórico. (André, 1995).

Excepcionalmente, ainda na pesquisa institucional foi selecionado um grupo de 33 municípios, entre os quais está o município abordado nesse estudo, para os quais foi anexada ao questionário uma carta manifestando nosso desejo de realizar uma entrevista com a equipe responsável pela Educação Infantil. A seleção desses municípios seguiu aos seguintes critérios: todos os municípios da Região Metropolitana; municípios em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado alto e a proximidade do Município com a cidade do Rio de Janeiro.

Entre os 33 municípios selecionados, 23 entrevistas foram efetivamente realizadas incluindo aquela no município aqui estudado, devido a dificuldades de contato e disponibilidade dos profissionais das secretarias.

b) a realização de entrevistas a partir de um roteiro semi-estruturado - com o objetivo de ouvir as vozes dos gestores e implementadores das políticas locais, as entrevistas foram instrumentos metodológicos empregados na busca por compreender o que pensam, sentem e fazem em seu cotidiano, levando em conta que em cada época, cada grupo social tem seus repertórios e formas de discurso que se diferenciam (Bakhtin, 2003).

No município pesquisado foram realizadas efetivamente, duas entrevistas que aconteceram em local e horário combinados previamente com as entrevistadas: a primeira entrevista foi realizada no contexto da pesquisa

institucional no momento da devolução do questionário pelo município e a segunda especificamente para o presente estudo.

O diálogo com a secretaria para o agendamento da primeira entrevista foi marcado por cancelamentos e remarcações, fato que, de acordo com a coordenadora, ocorreu devido a pedidos do secretário municipal de educação que manifestava o desejo de estar presente. Contudo, a entrevista foi realizada no dia agendado para a entrega do questionário preenchido sem a presença do secretário que, conforme informou a coordenadora estava envolvido no auxílio às vítimas das enchentes que haviam devastado o município em dias que antecederam a nossa visita.

Por fim, a primeira entrevista que será identificada nesse trabalho como (Entrevista A) foi realizada em novembro de 2009 por mim e uma bolsista de iniciação científica⁹ quando fomos recebidas pela equipe do Serviço de Atendimento à Educação Infantil (SAEI).

A entrevista coletiva com o grupo de profissionais que compõe a equipe da Educação Infantil na secretaria municipal de educação permitiu identificar pontos de vista dos entrevistados; reconhecer aspectos polêmicos; estimular as pessoas a tomarem consciência de sua situação e condição e de pensarem criticamente sobre elas. Não queríamos simplesmente coletar dados, mas conhecer a trajetória daquele grupo (Kramer, 2003). A importância de conhecer os sujeitos que operam os dados é maior do que obter o próprio dado, esses até poderíamos conseguir de outras formas, mas não há outra maneira de conhecer esses sujeitos à exceção do contato pessoal e através de perguntas. Procuramos evitar os discursos prontos, evitando perguntas que ocasionassem respostas mecânicas. (Castro e Ricci, 2010)

Esse tipo de entrevista trouxe caminhos para lidar com a questão da alteridade, do conhecimento do outro, o que significa perceber os sujeitos como participantes do processo histórico-cultural, dar visibilidade ao invisível, resgatar as histórias de vida para compreender o presente. Nesse sentido, possibilitou problematizar os dados fornecidos pelo questionário, conhecer o ponto de vista dos responsáveis pela Educação Infantil no município e a apreensão do discurso

⁹ Roberta Machado que integrou a equipe do grupo de pesquisa da PUC-Rio - INFOC (Infância, Formação e Cultura) de 2008 a 2009, a quem faço meus agradecimentos.

dos sujeitos envolvidos na concretização das ações para o atendimento a esta etapa da Educação Básica.

Em 2010, foi feita a segunda entrevista que ao longo desse trabalho será identificada como (Entrevista B). Nesse segundo momento, entrevistamos apenas uma profissional que atua na equipe da secretaria e que esteve ausente na primeira entrevista. A opção por entrevistá-la emergiu durante a realização da entrevista A na qual foi mencionada pelas entrevistadas como uma profissional que dava suporte ao grupo por sua experiência anterior no Serviço de Atendimento à Educação Infantil (SAEI).

(...), a Silvia está nesse setor desde 2003. Então são pessoas que têm base, tem conhecimento, tem alicerce na Educação Infantil de Belo Rio. Porque elas dão um suporte pra gente que chegou agora. (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

Contudo, podemos afirmar que as entrevistas individuais e coletivas ofereceram diferentes condições de produção de discursos e nos permitiu ocupar diferentes lugares e pontos de vista (Kramer, 2005).

Assim, analisar documentos e transcrever entrevistas na perspectiva bakhtiniana, implicou fazer recortes e reconhecer em muitos momentos, a necessidade de afastamento, da exotopia, a fim de que minha visão não fosse poluída pelos possíveis véus que foram sendo colocados entre texto e contexto.

O fato de ter escolhido como campo de estudo, o lugar onde nasci, me constitui educadora e cresci profissionalmente fez desse exercício um movimento inquietante e por vezes doloroso, devido ao fato de já possuir um tipo de conhecimento e de informação apreciável sobre parte do universo que me propus investigar, o que tornou difícil desnaturalizar noções, impressões, categorias e classificações sobre o objeto de estudo (Velho, 1981).

Entretanto, a escolha das estratégias metodológicas empregadas nessa investigação buscou superar essas dificuldades, numa dimensão ética de pesquisa e entendendo que a relação pesquisador/sujeito é mediada pela metodologia. Os dados colhidos tanto na aplicação do questionário como nas entrevistas estarão centrados nas interações entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa privilegiando a postura ética de respeito mútuo.

Nessa perspectiva, coletados os dados, passamos à transcrição das entrevistas que exigiu o exercício de escuta sensível à fala das entrevistadas levando em conta os conhecimentos prévios da pesquisadora sobre a região.

Dois personagens centrais da escrita benjaminiana foram importantes para a organização desse trabalho de pesquisa – o cronista e o colecionador. Os escritos do autor sobre o narrador foram permeando as reflexões e os registros quando esse lugar ora era ocupado pelos sujeitos da pesquisa ora era ocupado por mim. Nesse sentido, retomo Benjamin quando afirma:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna tangível se temos presentes esses dois grupos. (1994, p.198)

Quanto ao colecionador, ele afirma que a sua existência é uma tensão dialética entre os pólos da ordem e da desordem (Benjamin, 1995, p.228), *e como um colecionador, o pesquisador procura, observa, registra, fotografa, reúne as interações humanas para investigá-las e nesse processo a relação dialética entre a ordem e a desordem vai sendo estabelecida.* (Kramer, 2005, p. 29)

Imbuídas dessa concepção da pesquisa em ciências humanas, reunidos os dados, passamos a organizar uma coleção com o conjunto de informações que ao se configurar ia dando forma aos objetivos traçados no projeto da pesquisa.

Essa estratégia de pesquisa garantiu a diversidade de métodos e propiciou a distância necessária para que a entrevistadora se tornasse também observadora. Nesse sentido, fomos interpenetrando os dados e as falas numa espécie de cruzamento buscando os detalhes, as nuances, a história, o contexto.

(a) a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista; (b) a tarefa conjunta de pesquisadores com formação diferenciada; (c) a visão de vários informantes e (d) o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação. Seu uso, na prática, permite interação, crítica intersubjetiva e comparação (Minayo, 2005)

Nessa coleção, a pesquisa documental foi de extrema importância por situar o texto em um contexto.

c) a análise documental – a análise dos documentos como estratégia metodológica foi empregada com o objetivo de investigar as concepções norteadoras das políticas implementadas pelo município e nesse sentido foi importante a consulta aos documentos oferecidos pelo município e também os documentos oficiais publicados pelo MEC e CNE (Conselho Nacional de Educação).

Discutindo os tipos de fontes de informação para uma pesquisa, Luna (2002) destaca o caráter primário dos documentos- que se refere às obras originais e, secundário que trata das traduções e comentários sobre eles – e ressalta que *de um modo geral, quanto mais oficial for um documento, mais primária será a fonte* (p.54).

A proposta pedagógica da Educação Infantil, as diretrizes para o conveniamento de instituições de Educação Infantil e a portaria de matrícula do ano 2009 foram os documentos fornecidos pelo município na ocasião da entrevista coletiva quando foram anexados ao questionário.

O processo de coleta e organização dos dados foi construído numa dinâmica de encontros e desencontros que incomodaram tanto a pesquisadora quanto os pesquisados. Em conversa com uma das entrevistadas, ela confidenciou-me que, na verdade, muitos documentos inexistem por dois motivos:

a) algumas decisões são tomadas no gabinete e os serviços são responsáveis por colocá-las em funcionamento sem planejamento prévio e, b) quando se aproximam os períodos de transição de governo e os integrantes da equipe da secretaria são devolvidos às escolas, os chefes recolhem todo o material produzido durante sua gestão, deixando os arquivos dos serviços sem documentos que orientem a nova gestão. (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

Feitas as considerações em relação à metodologia de pesquisa, apresentamos o referencial teórico que embasou nosso estudo: (I) Para a análise e compreensão da constituição histórica da infância, nos apoiamos nas referências teóricas da sociologia e da sociologia da infância, da história e política da infância e das políticas educacionais (Kramer, 1982; Kuhlmann Jr, 1998; Campos et alii. 1993 e 2006; Sarmiento, 1997; Rosemberg 1999 e 2001; Cunha, 1991); (II) – Para a análise da concepção de infância impressa nos discursos consideramos os conceitos de dialogia, polifonia, exotopia, palavra e contrapalavra, centrais na obra de Bakhtin (Bakhtin, 1988a, 1988b, 1992, 2003), bem como a visão de história e linguagem para a teoria crítica da cultura e da modernidade (Benjamin, 1994, 1995); III - No que se refere às políticas públicas e gestão foram adotadas as discussões de Arretche (1999, 2003) e suas proposições em relação à elaboração de políticas e a revisão bibliográfica apresentada por Viana (1988) em *Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas*.

Quanto ao estudo das políticas voltadas a Educação Infantil, Kramer (1982), em “A Política do Pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce” apresenta um histórico preliminar das ações estatais no sentido de atender à criança pequena do descobrimento até a década de 80 e focaliza sua crítica à abordagem da privação cultural empreendida no país a partir dos meados da década de 70.

Também constituíram o referencial teórico desse estudo as pesquisas desenvolvidas ao longo da trajetória do grupo INFOC (Kramer et alii, 2001, 2005, 2009), bem como teses e dissertações elaboradas por vários de seus pesquisadores, como Barbosa (2004), Corsino (2003) e Nunes (2005).

O estudo feito por Barbosa (2004) em sua dissertação de mestrado realizada em uma escola municipal de Educação Infantil no Rio de Janeiro é um convite a olhar a infância a partir do que é específico da criança – seu poder de imaginação, fantasia, criação – entendendo as crianças como produtoras de cultura e que nela são produzidas.

A pesquisa de Corsino (2003), em sua tese de doutoramento, apresenta um estudo denso da situação da Educação Infantil no município do Rio de Janeiro, discute a construção histórica e social da infância, aborda a situação da infância no Brasil e aponta desafios para os sistemas educacionais, no que diz respeito à primeira etapa da Educação Básica.

Nunes (2005), em sua tese de doutorado, discute o universo que compõe a Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro e analisa o processo de institucionalização da infância no Brasil, considerando o impacto das transformações sociais na formulação das políticas de atendimento voltadas para crianças pequenas em diferentes contextos.

Para a discussão em torno do tema da qualidade nas propostas governamentais, tomamos os resultados da pesquisa “Qualidade na Educação Fundamental Pública nas Capitais Brasileiras: Tendências, Contextos e Desafios”, desenvolvida por Alves (2007) em sua tese de doutoramento na qual, a partir de dados estatísticos e da análise de programas e políticas implantadas, apresenta uma investigação da qualidade do Ensino Fundamental das capitais brasileiras no período de 1996 a 2005 considerando as significativas mudanças ocorridas no cenário educacional nesse período, com ênfase nas questões de alteração no fluxo escolar e papel dos municípios na gestão das etapas educacionais sob sua

responsabilidade buscando perceber as influências desses fatores nas diferentes redes de ensino.

Para a autora, o atendimento à Educação Infantil, entre outros fatores, está elencado entre as políticas educacionais associadas ao aumento do desempenho dos estudantes das redes de ensino das capitais brasileiras.

Por fim, nesse momento podemos afirmar que todo o referencial teórico foi mediador para a análise das questões percebidas na organização do material empírico.